



20.05 a 24.05

RELATÓRIO SEMANAL

As informações contidas nessa publicação são produzidas com **exclusividade para o nosso associado**

Valorize o seu conteúdo!

Evite a distribuição indevida ao público externo.

SUMÁRIO

CLIQUE NO NÚMERO DA PÁGINA PARA SER REDIRECIONADO À SEÇÃO!

3

Com pleitos da Abraceel, Assembleia aprova novo Estatuto Social da CCEE

6

Conselho da Abraceel definirá indicados ao novo CAd da CCEE

8

Com Alckmin, associações se posicionam contra aumento dos subsídios no setor

10

ANP detalha cronograma de ações para regulamentar abertura do mercado de gás

12

Monitoramento: Período Sombra

13

Abraceel na Mídia

15

Abraceel reforça comunicações de auxílio ao Rio Grande do Sul

16

Curtas

24

E o Congresso?

26

Próxima Semana



Com pleitos da Abraceel, Assembleia aprova novo Estatuto Social da CCEE

Matéria em 1 minuto:

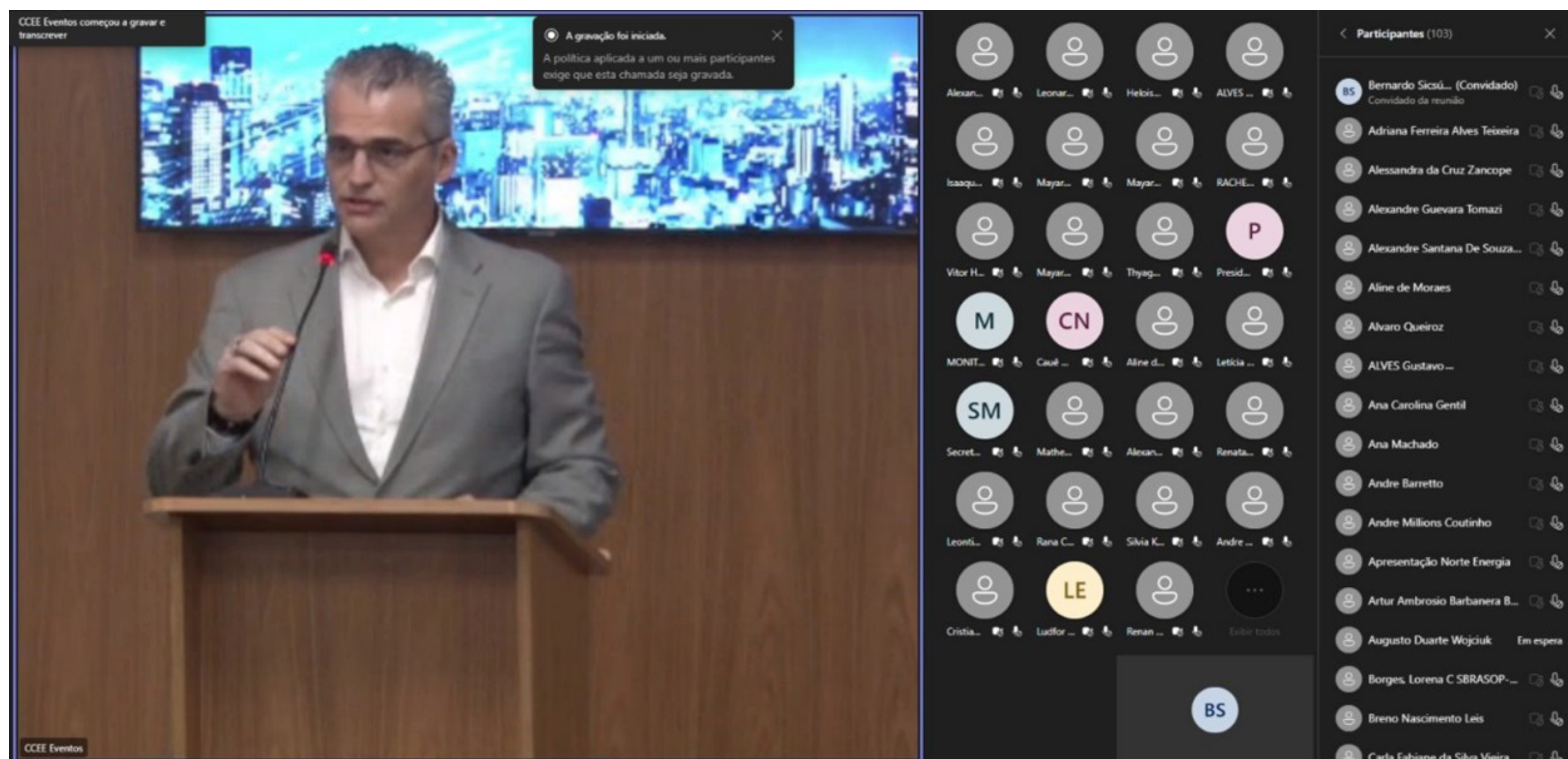
- Com 99,96% dos votos favoráveis, os agentes aprovaram o novo Estatuto Social;
- AGE para eleição dos membros do novo Conselho de Administração foi agendada para 25.06 e agentes têm até 10.06 para indicar nomes para a consultoria;
- As associadas da Abraceel interessadas em indicar nomes para a categoria de comercialização deverão enviar suas sugestões aos membros do Conselho de Administração da Abraceel, que será responsável pela indicação da Associação a representantes do segmento.

No dia 23.05, na 73ª Assembleia Geral Extraordinária da CCEE, os agentes aprovaram o novo Estatuto Social da Câmara.

Durante a AGE, o Presidente-Executivo da Abraceel, Rodrigo Ferreira, na condição de vice-presidente do FASE, destacou que o documento reflete os interesses dos agentes e CCEE, após grande esforço coletivo para construção de um texto de consenso.

Fruto de amplo diálogo, as alterações no Estatuto foram feitas objetivando atender o Decreto 11.835/2023 e a Convenção de Comercialização, que definem a nova governança da CCEE.

Durante a AGE, o presidente do CAAd da CCEE, Alexandre Ramos, também defendeu a necessidade de revisão do Decreto 11.835/2023.





Próximos passos

A próxima etapa requer a homologação do novo Estatuto Social pela Aneel.

Além disso, a CCEE convocará seus agentes para indicar os nomes que comporão o novo Conselho de Administração, que será formado por oito membros.

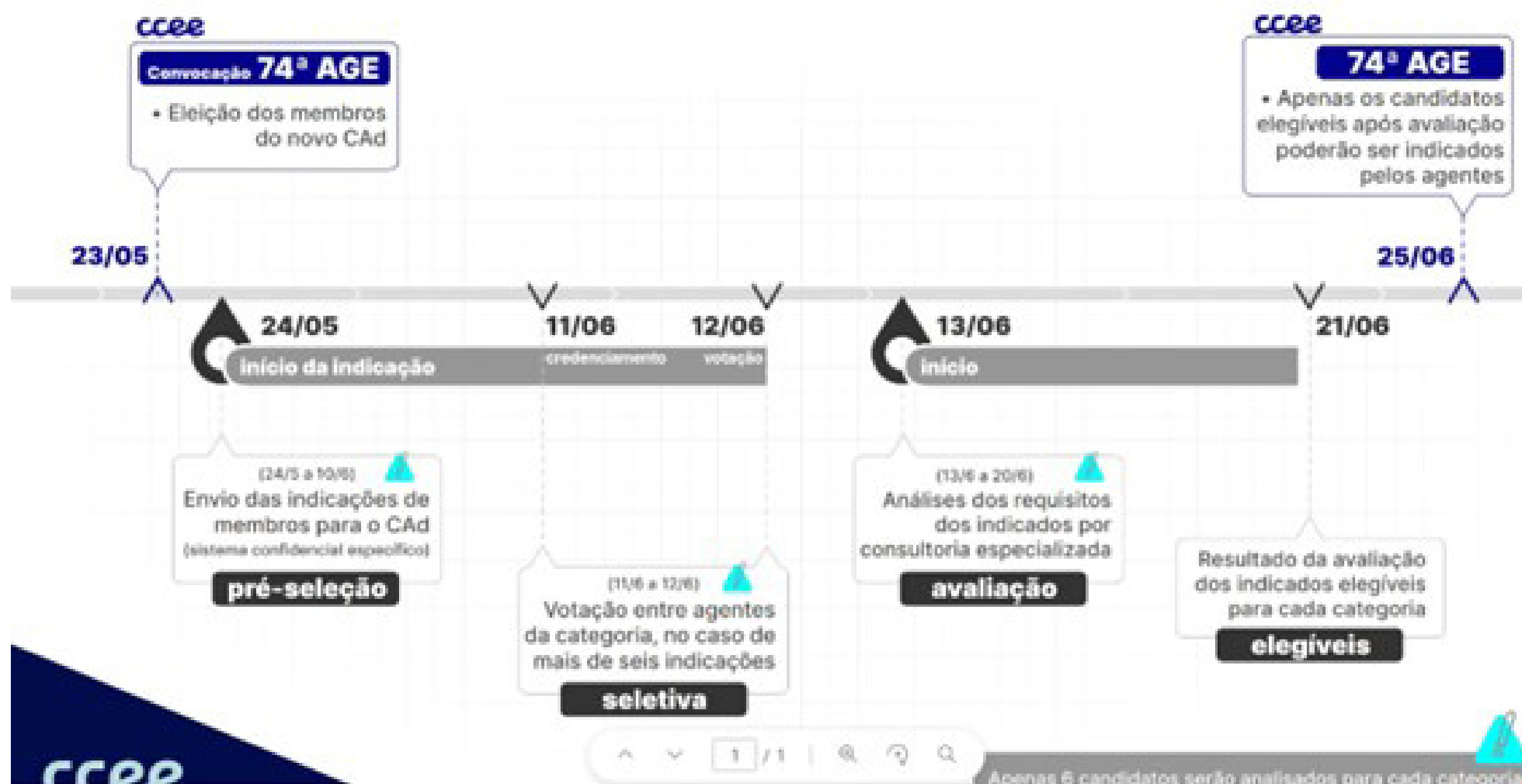
O envio das indicações de membros do CAd será realizado entre 24.05 e 10.06, conforme previsto no art. 44, § 11º, do novo Estatuto Social.

No dia 11.06, a CCEE comunicará às categorias que eventualmente tenham indicado mais de 3 candidatos por vaga para se credenciarem no aplicativo de votação para que seja realizada, no dia 12.06, pré-seleção dos candidatos mais votados, nos termos do Art. 44, §6º.

Ao final do dia 12.06, a consultoria receberá a lista dos indicados por categoria até o limite de 3 candidatos por vaga e cada categoria poderá consultar o respectivo resultado no sistema.

Em seguida, até dia 21.06, a consultoria disponibilizará os relatórios dos candidatos avaliados, nos termos do Art. 44, §1º do Estatuto Social.

Por fim, no dia 25.06, ocorrerá a 74ª AGE da CCEE, na qual cada categoria e MME formalizarão as respectivas indicações as quais serão submetidas à eleição pelos associados da Câmara.



As associadas da Abraceel interessadas em indicar nomes para a categoria de comercialização deverão enviar suas sugestões aos membros do Conselho de Administração da Abraceel, que será responsável pela indicação da Associação a representantes do segmento.



Confira os principais pontos aprovados no novo Estatuto Social

1. Aprovação pela Assembleia Geral (AG) dos salários da diretoria e do orçamento da CCEE que não esteja relacionado às despesas fixas, ordinárias ou determinadas por obrigação legal ou regulatória;
2. Aprovação pela AG para ingresso da CCEE em atividades lucrativas;
3. Confidencialidade e sigilo dos votos dos agentes e das categorias nas AG;
4. Adoção de critérios para indicação, qualificação e impedimento de diretores e conselheiros adicionais aos da Convenção de Comercialização;
5. Candidaturas para posições de Conselho e Diretoria serão submetidas à análise de consultoria quanto à adequação de requisitos e análise de impedimentos com 30 dias de antecedência;
6. Previsão para que haja cumulatividade dos cargos de Presidente do CAd e Diretor-Presidente somente pelos primeiros seis meses, para atender compromisso do atual presidente do CAd de levar à AG o orçamento 2025;
7. Criação e definição das diretrizes de funcionamento de estrutura funcional específica para tratamento de Segurança de Mercado (monitoramento prudencial) com orçamento e reporte próprios, além de responsabilização pelo vazamento de informações;
8. Novas regras de transparência e publicidade das reuniões do CAd, abertas aos associados em temas de orçamento e planejamento estratégico;
9. Limitação da remuneração dos Conselheiros (adm. e fiscal) em relação ao salário do Diretor-Presidente: 35% para CAd, sendo 40% para Presidente; 10% para o fiscal, sendo 15% para o Presidente;
10. Eleição do VP do CAd feita no Conselho com obrigatoriedade de ser um dos quatro Conselheiros indicado pelos agentes de mercado;
11. Limitação de patrocínios apenas para eventos do setor elétrico e relacionados com o objeto social da CCEE quando custeados com recursos dos associados e aprovados em AG;
12. Participação dos agentes interessados em realizar sustentação oral sobre temas de seu interesse nas reuniões da diretoria; e
13. Participação das Associações nas Assembleias, sem direito a voto.

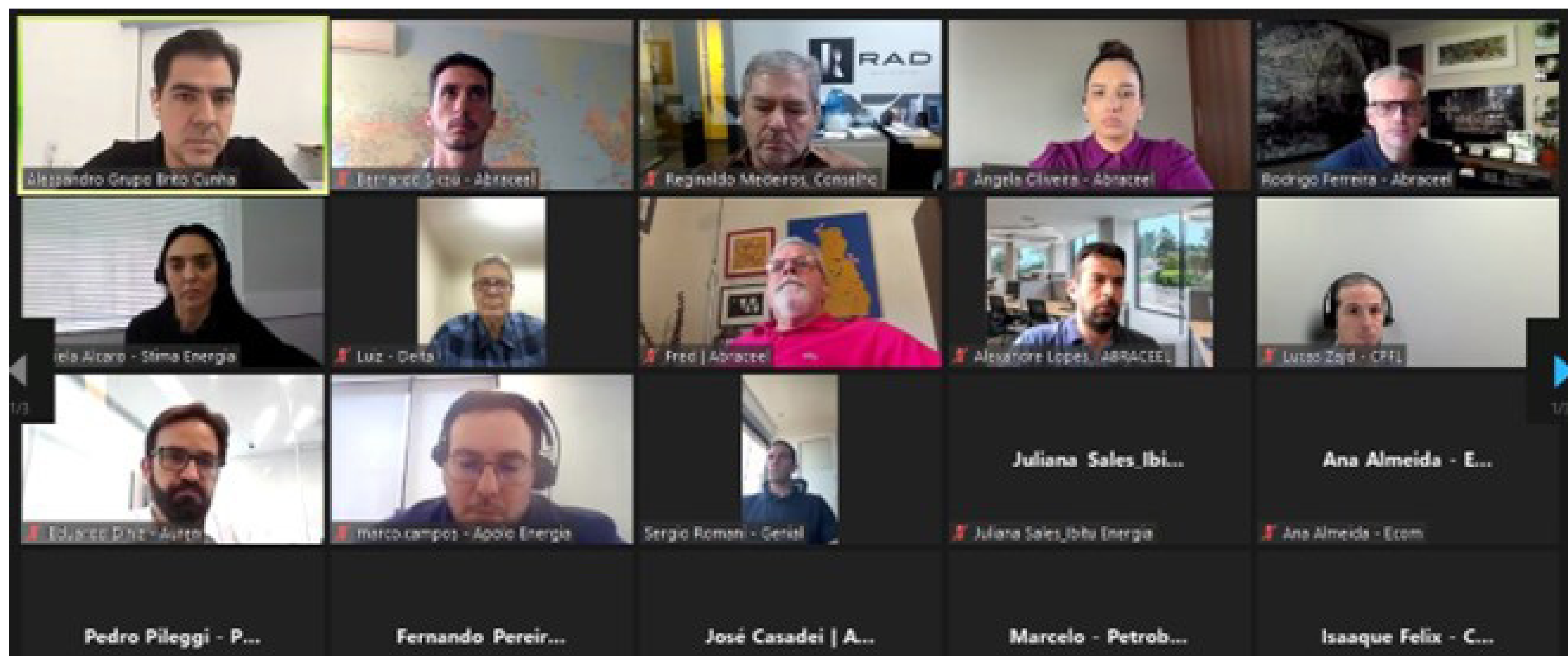


Conselho da Abraceel definirá indicados ao novo CAd da CCEE

Matéria em 1 minuto:

- Processo de indicação de nomes – um titular e um suplente – à vaga do segmento de comercialização no Conselho de Administração da CCEE será selecionado conforme práticas vigentes e conduzido pelos conselheiros da Abraceel;
- Conselheiros solicitaram urgência às associadas interessadas em recomendar candidatos, dado o prazo curto para que a Abraceel indique os nomes à CCEE;
- Na reunião, o CAd da Abraceel também aprovou, por unanimidade, recomendação para que as associadas aprovem o novo estatuto social da CCEE.

No dia 20.05, o Conselho de Administração da Abraceel reuniu-se para deliberar dois temas: (1) a orientação às associadas na votação do novo Estatuto Social da CCEE e (2) os critérios para a indicação dos conselheiros titular e suplente a ser feita pelo segmento de comercialização no CAd CCEE.



Conclusão do novo estatuto da CCEE

Ao iniciar a reunião, Alessandro de Brito Cunha, presidente do Conselho de Administração da Abraceel, agradeceu a todos e convidou Rodrigo Ferreira, Presidente-Executivo, para apresentar os pontos de discussão.

Rodrigo resumiu as discussões para elaborar a proposta de novo estatuto social da Câmara. Após explicação, o CAd seguiu orientação da Diretoria-Executiva e recomendou às associadas aprovação do estatuto na Assembleia que ocorreu dia 23.05 (ver matéria nesta edição).

Indicação da comercialização ao CAd da CCEE

A discussão então seguiu para a definição dos critérios para indicação da vaga de conselheiro e suplente dos comercializadores para a CCEE. Rodrigo Ferreira detalhou as competências e qualificações necessárias para o novo conselho da CCEE.



A seguir, Alessandro destacou o caráter estratégico da seleção dos representantes e recomendou manter o processo atual, no qual o Conselho de Administração da Abraceel é responsável pela escolha dos representantes da categoria e seus suplentes.

Alessandro também fez um apelo urgente às associadas para que enviem sugestões de candidatos a serem avaliados, ressaltando a importância da rapidez devido aos prazos iminentes. Adicionalmente, foi reiterada a importância de manter a coesão dentro da associação em torno das escolhas realizadas.

Acompanhando as sugestões do presidente do CAd, os conselheiros ainda enfatizaram a necessidade de selecionar candidatos que estejam alinhados com as diretrizes estratégicas da Associação e possuam a habilidade de agir com imparcialidade.

A apresentação da reunião está disponível na área do associado, no site da Abraceel.

Com Alckmin, associações se posicionam contra aumento dos subsídios no setor

Matéria em 1 minuto:

- Abraceel integrou comitiva de entidades que solicitou apoio de Alckmin para que os jabutis inseridos do PL da eólica offshore não sejam aprovados e que seja restabelecido o texto que foi aprovado no Senado;
- Abraceel aproveitou o encontro para defender a modernização do modelo do setor elétrico, em linha com o esforço do MDIC para reduzir o custo Brasil;
- Vice-Presidente demonstrou sensibilidade com os temas e solicitou o envio de estudos para subsidiar ações da pasta.

No dia 17.05, a Abraceel integrou conjunto de entidades do setor elétrico que se reuniu com o Vice-Presidente da República e Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, para tratar de pautas setoriais relevantes.

Além da Abraceel, participaram representantes da Abrage, Abrace, Apine, Abradee, Abiape e Frente Nacional dos Consumidores, e Alckmin foi acompanhado por dois secretários do MDIC, Andrea Macera (Competitividade e Política Regulatória) e Uallace Lima (Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços).



Jabutis da eólica offshore

O grupo de entidades foi criado para combater os jabutis incluídos no PL 11.247/2018, que trata das eólicas offshore. Estudo da consultoria PSR concluiu que as medidas têm potencial impacto direto nos custos para o consumidor de R\$ 25 bilhões por ano até 2050 – equivalente a R\$ 658 bilhões até 2050.

Os resultados foram apresentados para Alckmin e equipe, com ênfase no potencial aumento no custo de energia de 11%, o que possui reflexos diretos na inflação, no poder de compra da população e na competitividade industrial do país.

As entidades solicitaram apoio de Alckmin para que os jabutis não sejam aprovados e seja mantido o marco legal das eólicas offshore tal como aprovado pelo Senado.

**MMGD**

As entidades também demonstraram preocupação com alguns dispositivos recentemente aprovados pela Câmara no PL 624/2023. As medidas alteram o marco legal da micro e minigeração distribuída, a Lei 14.300/2022, e podem trazer impactos para o desenvolvimento do mercado.

Reforma setorial

A Abraceel aproveitou a oportunidade para enfatizar a necessidade de modernização do marco regulatório do setor elétrico, enaltecendo o trabalho do próprio MDIC que apontou essa questão como prioridade para redução do custo Brasil.

Alckmin ouviu atentamente as explicações e demonstrou sensibilidade com os temas, ressaltando a importância que a energia elétrica possui para o desenvolvimento do Brasil. Ao final, agradeceu as entidades e solicitou o envio dos estudos para subsidiar as ações da pasta.



ANP detalha cronograma de ações para regulamentar abertura do mercado de gás

Matéria em 1 minuto:

- Diretora-Substituta Patrícia Baran informou que, tal qual o Fórum do Gás, ANP também está preocupada com invasão de competência dos estados e que regulamentação do GNL deve entrar na pauta da próxima reunião de diretoria;

- Na semana anterior, a ANP aprovou análise de impacto regulatório que dispõe sobre o acesso às infraestruturas essenciais, cuja norma pode ser publicada ainda este ano;

- Trabalho para definir critérios para classificação dos gasodutos está no prazo - minuta de resolução normativa está pronta e há expectativa de regulamentação ainda este ano.

A Abraceel participou de reunião do Fórum do Gás no dia 20.05 com a Diretora-Substituta e Superintendente de Infraestrutura e Movimentação (SIM) da ANP, Patrícia Baran, para tratar da regulamentação do novo mercado de gás natural. A Abraceel foi representada por Bernardo Sicsú, Vice-Presidente de Estratégia e Comunicação.



A coordenação do Fórum iniciou a reunião elogiando a aprovação, na semana anterior, da análise de impacto regulatório (AIR) que dispõe sobre o acesso às infraestruturas essenciais. Sobre isso, a Diretora informou que o grupo de trabalho foi postergado por seis meses, período esperado para concluir a ação. Assim, a expectativa é finalizar o ano com nova norma sobre o tema.



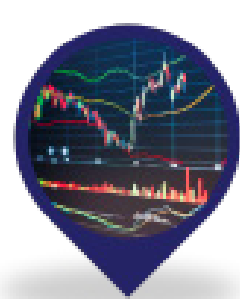
Em seguida, sobre a regulamentação do GNL e GNC, no que tange o conflito federativo, a Diretora informou que a regulamentação do GNL está mais avançada e deve entrar na pauta da próxima reunião de diretoria. Segundo Baran, a ANP tem a mesma preocupação do Fórum do Gás sobre a invasão de competência dos estados, sendo fundamental o regulador federal definir as regras para preservar sua área de atuação.

Com relação à classificação de gasodutos, a Diretora informou que a definição dos critérios técnicos para classificação dos gasodutos está no prazo descrito na agenda regulatória. Segundo ela, a minuta de resolução normativa está pronta, em fase de revisão da AIR. Há uma equipe da SIM dedicada a esse tema e o texto deve ser encaminhado em breve para a diretoria, com expectativa de regulamentação ainda este ano.

Sobre a esperada consulta pública sobre os critérios para definição das tarifas de transporte, Patrícia Baran disse que já tem pronta a minuta de nota técnica para abertura da consulta prévia. Esse documento, segundo ela, traz o detalhamento do problema e uma lista de perguntas aos agentes para colher subsídios. Esse tema, contudo, concorre com outras prioridades e está mais atrasado.

Sobre o gas release, a diretora informou que o tema está na agenda regulatória para o ano que vem, sem avanços recentes.

Por fim, questionada pelos integrantes do Fórum sobre como o mercado poderia auxiliar a ANP no avanço da agenda regulatória, Baran sugeriu o envio de ofício para o governo federal e para a própria ANP com ideias e provocação de canalizar recursos para o regulador.



PERÍODO SOMBRA

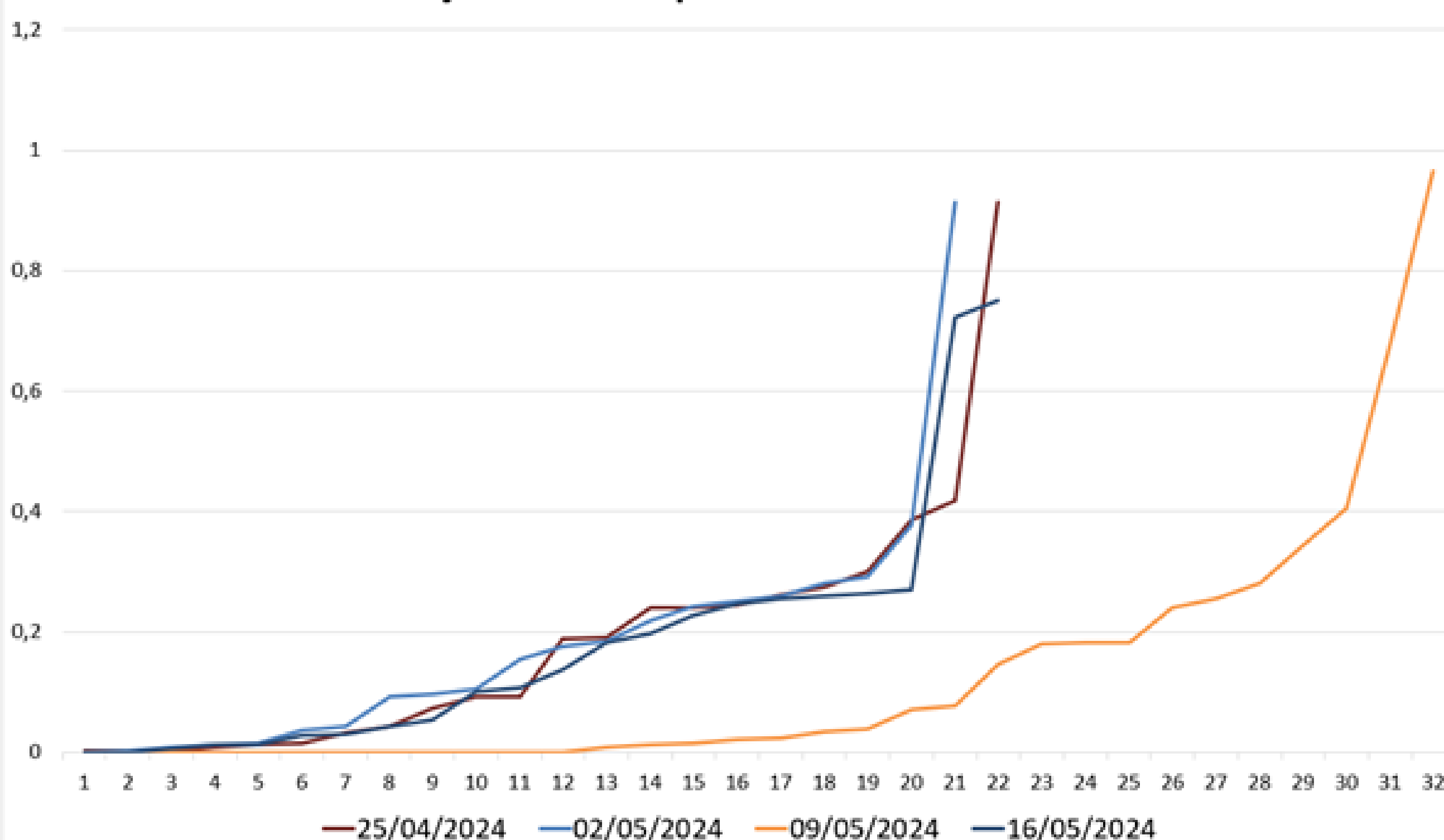
MONITORAMENTO DE MERCADO

Indicadores para acompanhamento do período sombra de monitoramento

Nível de Participação	16.05
Associadas Abraceel	99%
Comercializadoras	92%
Autoprodutor	99%
Gerador	92%
Produtor Independente	100%

16.05	Associadas Abraceel	Comercializadores	Geradores	Autoprodutores	Produtores Independentes
PL negativo	3%	4%	5%	6%	2%
FA zero	74%	71%	76%	56%	68%
FA maior que zero	21%	15%	11%	35%	27%
Média FA (maior que zero)	0,1776	0,4704	0,0248	0,5327	1,3101
Média FA	0,04	0,08	0,00	0,21	0,37
Desvio Padrão	0,12	0,74	0,01	1,53	6,07

Distribuição FA maior que zero - Associados Abraceel



ABRACEEL NA MÍDIA



Setor de energia esbarra em marketing para levar mercado livre a empresas menores

Setor de energia esbarra em marketing para levar mercado livre a empresas menores

Fonte: Folha de S.Paulo

[Acesse aqui](#)



CNN Energia: laboratório une tecnologia e eficiência energética | CNN NOVO DIA

Laboratório une tecnologia e eficiência energética

Fonte: CNN Energia

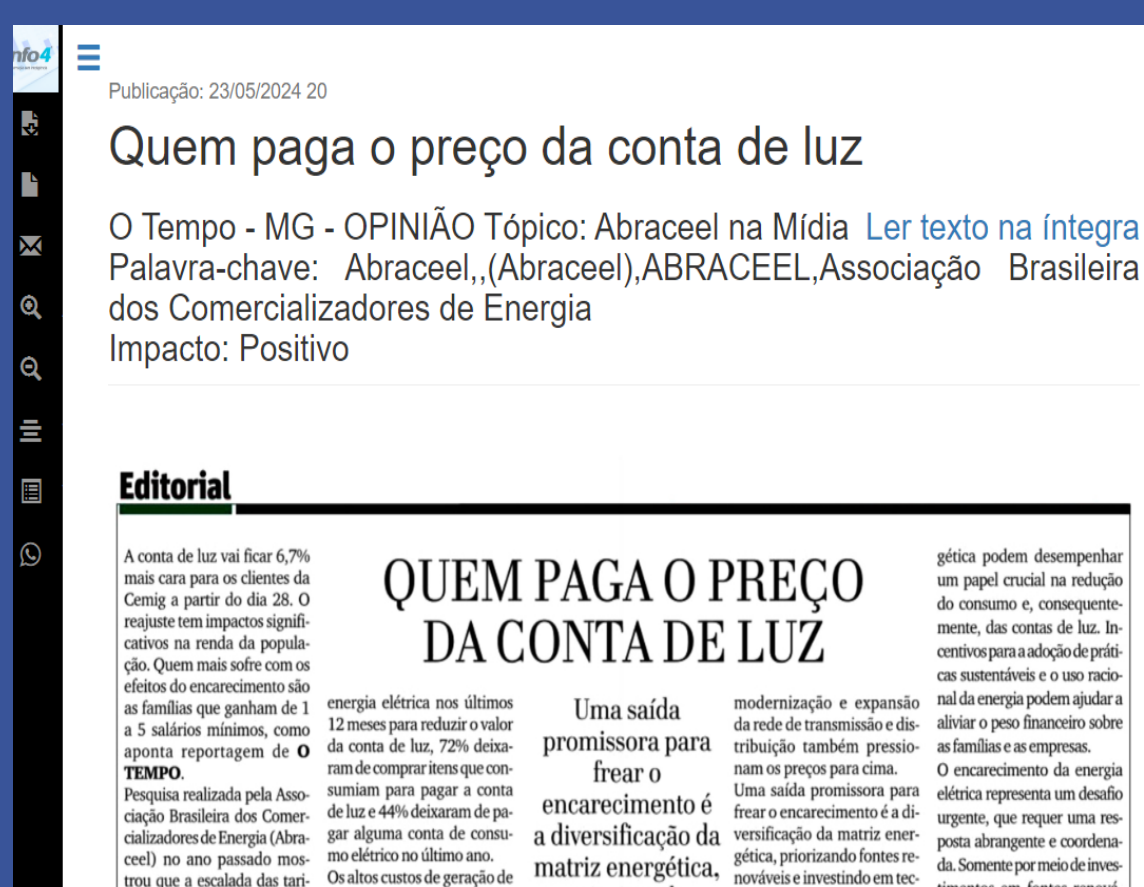
[Acesse aqui](#)



As mudanças e vantagens do mercado livre de energia

Fonte: CBN Energia

[Acesse aqui](#)



Quem paga o preço da conta de luz

Fonte: Info 4

[Acesse aqui](#)



ABRACEEL NAS REDES SOCIAIS





Abraceel reforça comunicações de auxílio ao **Rio Grande do Sul**



Em resposta à calamidade pública que afeta o Rio Grande do Sul, a Abraceel está disponibilizando seus canais de comunicação para intensificar o suporte às iniciativas de ajuda promovidas por suas empresas associadas. Como parte de um esforço solidário, convida suas associadas a participarem ativamente, entrando em contato para divulgar e fortalecer as ações. A sociedade pode contribuir com doações por meio do [canal oficial](#) SOS Rio Grande do Sul, utilizando o Pix disponibilizado. Para mais informações e maneiras de ajudar, [acesse o site](#) da Defesa Civil do estado.

Doe água potável!
Ajude nossos irmãos do **Rio Grande do Sul**.
Faça sua doação na sede da Migratio.

migratio energia

SEGUIMOS EM COLABORAÇÃO COM O RIO GRANDE DO SUL

Conheça nossas ações em apoio aos gaúchos

GERDAU
O futuro se molda

Estamos todos mobilizados pelo Rio Grande do Sul

Dedicamos quase 6 mil colaboradores da RGE, incluindo eletricitas, técnicos, engenheiros e outros profissionais

A Elera se solidariza com o Rio Grande do Sul e seus cidadãos.

Ajude com qualquer valor!

SOS
Rio Grande do Sul
Chave PIX (CNPJ)
92.958.800/0001-38
Banrisul

CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO PARA VÍTIMAS DAS CHUVAS NO RIO GRANDE DO SUL

A Gerdau está apoiando as regiões impactadas pelas fortes chuvas por meio de **doação de cestas básicas e materiais de limpeza para os bancos sociais da FIERGS**

Ajude Você Também

Doando o valor que você preferir, pelo **PIX 04.580.781/0001-91 (CNPJ)** ou pelo site **www.doealimentos.com.br**

O valor será enviado para o **Banco de Alimentos, instituição parceira da Gerdau.**

GERDAU
O futuro se molda



CURTAS

Convenção de Comercialização na pauta Aneel

Está na pauta da Reunião Pública da Aneel do dia 28.05 (i) o requerimento administrativo protocolado pela CCEE com vistas a conferir tratamento excepcional à Convenção de Comercialização de Energia Elétrica instituída pela REN nº 957/2021, visando permitir a possibilidade de acúmulo de cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente da Câmara por um período de seis meses, e (ii) a proposta de abertura de Consulta Pública sobre os aprimoramentos dos critérios e procedimentos para a elaboração do PMO, CMO e PLD. A referida CP dá continuidade à consulta externa promovida pelo ONS sobre o mesmo tema e abordará a metodologia para representação das usinas não simuladas individualmente, que será detalhada nos Procedimentos de Rede, como previsto na REN 1.078/2023.

Ministro Silveira defende abertura total do mercado, redução dos subsídios e planeja novo marco legal do setor

Em artigo publicado no Estadão, o ministro Alexandre Silveira afirma estar trabalhando em proposta de reformulação do setor elétrico com foco na abertura total do mercado, subsídios e distorções entre os ambientes livre e cativo. Assegurou que o projeto de lei focado nos temas terá como base o diálogo e a segurança jurídica. [Leia aqui.](#)

Em carta ao Ministro, Abraceel elogia ações do MME

Em 23.05, a Abraceel enviou carta ao Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, na qual registra concordância e apoio às recentes decisões e manifestações envolvendo o MME, com destaque para: (1) a abertura total do mercado livre de energia elétrica e redução dos subsídios, com sinalização em artigo no Jornal O Estado de São Paulo, que menciona o envio de propostas para reforma setorial até agosto deste ano; (2) diretrizes para renovação das concessões de distribuição divulgadas na mídia, com obrigatoriedade de digitalização, garantia da proteção de dados do consumidor e preparação do ambiente para que o consumidor possa escolher seu fornecedor de energia; (3) destinação de parcela da energia de Itaipu no mercado livre, fruto do acordo com o Paraguai nas diretrizes para a revisão do Anexo C; e (4) diretrizes para a correta valoração dos custos e benefícios da micro e minigeração distribuídas (MMDG), publicadas na Resolução 2/2024 do CNPE. Na correspondência, a Abraceel destaca que os temas apresentam grande potencial para a melhoria do ambiente competitivo, eficiência no funcionamento do mercado elétrico brasileiro e geração de emprego e renda no Brasil. A íntegra está disponível na [área do associado.](#)



Silveira lista obrigações das distribuidoras na renovação das suas concessões

Aos jornalistas, o ministro Alexandre Silveira citou algumas das obrigações que deverão ser cumpridas pelas distribuidoras que desejarem renovar seus contratos de concessão. Dentre os pontos listados, três merecem destaque por estarem em linha com os pleitos da Abraceel: (i) obrigatoriedade de digitalização, para facilitar o gerenciamento do consumo e a migração para o mercado livre; (ii) garantir a proteção de dados do consumidor; e (iii) preparação do ambiente para que o consumidor possa escolher o fornecedor de energia, como ocorre no mercado. A minuta do decreto com as diretrizes para a renovação das concessões foi divulgada pela imprensa na quinta-feira, mas ainda não está formalmente na Casa Civil, e pode ser conferida no [link](#). [Saiba mais](#).

Varejista: envie sugestões até segunda-feira, 27.05, para minuta de contribuição da Abraceel

A Abraceel enviou às associadas a minuta de contribuição da 2ª fase da Consulta Pública 28/2023, sobre o aprimoramento da comercialização varejista. No documento, a Associação se posiciona sobre temas importantes que definirão o novo modelo simplificado de representação varejista e simplificações no processo de migração. A minuta foi enviada às associadas pelo gt@abraceel.com.br e sugestões podem ser encaminhadas em formato de revisão até o dia 27.05, segunda-feira.

Newave Híbrido: Abraceel pede mais estudos ao MME e abre formulário às associadas

A Abraceel enviou [carta](#) ao MME solicitando à Cpamp a realização de mais estudos para analisar o impacto da implementação do Newave Híbrido e calibração do CVaR nas saídas do modelo Dessem. O pleito ocorreu após reunião do Grupo Técnico da Abraceel que avaliou a pertinência da implementação do Newave Híbrido em janeiro de 2025, como propõe a Consulta Pública 162/2024 do MME. A carta já considera contribuição das associadas. A fim de subsidiar as discussões sobre a contribuição da Abraceel na referida CP, foi enviado às associadas um formulário que trata da implementação das propostas da Cpamp. O formulário poderá ser respondido até o dia 29.05, quarta-feira, e pode ser [acessado aqui](#).

Em decisão sobre MMGD, Aneel debate atuação de parte relacionada em área da distribuidora

No dia 22.05, a Diretoria da Aneel aprovou a regulamentação dos Artigos 21 e 24 da Lei 14.300/22, que tratam da sobrecontratação involuntária e da venda de excedentes de MMGD. De acordo com a decisão, as distribuidoras precisarão comprovar que empenharam “máximo esforço” na redução das sobras de contratos para adequar o nível de contratação de suas carteiras ao mercado consumidor. Além disso, o Diretor-Relator, Hélivio Guerra, determinou que em 180 dias as áreas técnicas da Aneel apresentem proposta de regulamento para o tratamento de exposição contratual decorrente da atuação de partes relacionadas na área de atuação da distribuidora. Na discussão, foi ponderado que se cabe o conceito de exposição involuntária para

ocasiões em que o próprio grupo econômico da distribuidora deu causa ao projeto de GD, o mesmo tratamento deveria ser dado à migração de consumidores para o mercado livre com a comercializadora do grupo da distribuidora. Também foi deliberado pelos diretores que a SGM, em 180 dias, avalie alternativas ao registro na CCEE de unidades com MMGD que optem por comercializar energia com a distribuidora. Por fim, foi adicionado à agenda regulatória 2024-2025 a necessidade de avaliação de impacto do consumo simultâneo da MMGD no reconhecimento de exposição involuntária.

114. Diante do exposto e do que consta do Processo nº 48500.004292/2022-69 voto por:
- (i) Aprovar a Resolução Normativa anexa que regulamenta os artigos 21 e 24 da Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, que tratam da sobrecontratação involuntária e da venda de excedentes decorrentes do regime de microgeração e minigeração distribuída;
 - (ii) determinar que a SGM, em conjunto com a STR e a SFF, no prazo de 180 dias, avalie a possibilidade ou não de reconhecimento de involuntariedade de sobras de energia decorrentes da atuação de partes relacionadas na área de atuação da distribuidora; e
 - (iii) determinar que a STR, em até 90 dias, apresente estudo para avaliar se a energia gerada por unidade consumidora com MMGD e simultaneamente consumida (não injetada na rede) deve ser passível de reconhecimento de involuntariedade, nos termos da Lei nº 14.300/2021



Abraceel disponibiliza lista de comercializadoras varejistas no seu site

A Abraceel informa que a lista das comercializadoras varejistas ligadas a suas empresas associadas já se encontra disponível no [site da associação](#). Associadas que queiram fazer parte dessa nova seção devem atender a alguns critérios como possuir o mesmo CNPJ, compartilhar a mesma raiz de CNPJ da empresa associada, ou utilizar o mesmo nome fantasia ou marca registrada na razão social da associada. Para incluir suas comercializadoras na lista, as associadas devem fornecer informações, como telefone, e-mail, endereço, site e o nome do responsável, enviando-os para abraceel@abraceel.com.br. A Abraceel atualizará essa lista constantemente, à medida que receber novas informações.

Reforma tributária: Abraceel auxilia GT do FASE no mapeamento de temas de interesse

O Grupo de Trabalho Tributário do FASE reuniu-se no dia 21.05 para que as associações componentes do Fórum apresentassem suas preocupações, temas de interesse e demandas no âmbito da regulamentação da reforma tributária. Foram selecionados temas de interesse comum entre as associações do FASE que serão levados a consultorias especializadas para fazer i) avaliação completa da regulamentação em análise para suporte especializado na identificação de pontos de interesse que possam ser apresentados na defesa de uma tributação mais eficiente possível ao setor elétrico; ii) avaliação pormenorizada dos temas apresentados pelo FASE; iii) realização de reunião, agendas e apresentações ao grupo de trabalho do FASE; e iv) laboração de papers, cartas e emendas de interesse da coordenação do GT do FASE. Os temas listados foram; i) split payment, cashback e tarifa social; ii) defi-



nição de fato gerador para a caracterização de operações; iii) tratamento aplicável aos bens de consumo pessoal; iv) energia elétrica e o fato gerador do IBS e CBS; v) entendimento da aplicabilidade do cálculo por fora e ressarcimento de saldos credores acumulados de IBS e CBS; vi) IBS e CBS sobre iluminação pública e aplicação das mesmas regras de bens imóveis para bens móveis; vii) tratamento tributário dos bens de capital; viii) hipóteses de ressarcimento de créditos acumulados no prazo de 270 dias; ix) base de cálculo abrangendo subsídios ou subvenções de transferência não onerosa em aquisições originárias como concessões; x) valores de mercado em transações entre partes relacionadas – regime especial de fiscalização incidência do IBS e CBS em reorganizações societárias, vedação à compensação cruzada fundo de compensação de benefícios fiscais; xi) momento da incidência do fato gerador em múltiplas incidências (medição x vencimento), importância e preocupação sobre a definição dos conceitos “momento da disponibilização”, “local da operação”, “consumidor final”; xii) reequilíbrio de contratos públicos e privados; xiii) bens de capital - REIDI; xiv) tratamento de créditos e seus respectivos acúmulos; xv) base de cálculo - risco de bitributação; xvi) não tributação das operações intermediárias de compra e venda; xvii) regra rápida de restituição; xviii) exclusão da TUSD/TUST da base de cálculo; e xix) regime diferenciado para energia elétrica. O objetivo é aprofundamento e melhor interpretação dos temas para identificar necessidade de atuação setorial.

Delta e Abraceel discutem reforma tributária

Com a discussão da regulamentação da reforma tributária via lei complementar (PLP 68/2024) no radar, a associada Delta reuniu-se com a Abraceel para listar pontos de preocupação para o segmento de comercialização. A Abraceel está atuando no tema em conjunto com o FASE, que está levantando os pontos de atenção na reforma, para ter visão agregada dos pleitos que impactem o setor e definir estratégia de atuação.

Participe de pesquisa da associada bp sobre práticas de compliance na comercialização

A associada bp elaborou pesquisa para avaliar a adoção das práticas de compliance no mercado de comercialização de energia elétrica e pediu à Abraceel que a divulgasse para participação das associadas. A resposta à pesquisa ajudará a analisar os principais requisitos que podem ser adotados nos programas de compliance de uma comercializadora, podendo, no futuro, auxiliar na criação de um modelo de compliance padrão. O questionário consiste em oito perguntas, respondidas de forma anônima, e os resultados serão compartilhados no Relatório Semanal da Abraceel. A bp também informou que seu time de compliance está à disposição das associadas para debater sobre práticas e ferramentas utilizadas pela companhia no Brasil. Os principais contatos são: Gustavo Abud (gustavo.abud@bp.com - 11 93380-2027) e Gustavo Godoy (gustavo.godoy@bp.com - 11 96378-8577) Participe da [pesquisa aqui](#).

Desconto no fio: Aneel abre CP sobre fracionamento de projetos

A Diretoria da Aneel também aprovou no dia 21.05 a abertura de consulta pú-



blica por 45 dias para tratar da aplicação do desconto nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição (TUST e TUSD) de projetos renováveis. O processo foi instaurado em cumprimento à determinação do TCU, que estabeleceu à Aneel aprimorar a regulamentação, de forma a impedir que empreendimentos de geração renovável com potência superior a 300 MW fracionem essa potência em projetos menores. A CP recebe contribuições até o dia 05/07.

Abraceel conhece frente de comunicação para população de baixa renda

Em 20.05, a Abraceel reuniu-se com Ricardo Zanella, da empresa Hub Digital, para entender opções de mídia voltadas para populações de baixa renda. Zanella destacou a existência e o funcionamento de uma rede de carros de som e outras formas de mídia que entregam informações em 3.500 cidades, preferencialmente para população de baixa renda, destacando esses meios como ferramentas eficientes para superar barreiras de comunicação em regiões onde o acesso convencional à mídia é limitado.

Giro Abraceel: apresentação da live mensal está disponível na área do associado

A última edição do Giro Abraceel, live mensal que visa atualizar as associadas das ações realizadas, ocorrida dia 24.05, destacou a aprovação do novo estatuto social da CCEE, o mapeamento dos casos reportados no canal de comunicação FaleAqui!, além de iniciativas como a contribuição da Abraceel para a segunda fase da CP 28/2023 e a missão internacional a Paris para o Cigre 2024. A próxima reunião está marcada para 28.06. A apresentação está disponível na [área do associado](#) no site da Abraceel.

Abraceel participa do XII Encontro de Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica da Região Sudeste

No XII Encontro de Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica da Região Sudeste, realizado em Belo Horizonte, no dia 23.05, Alexandre Lopes, Vice-Presidente de Energia da Abraceel, apresentou um panorama sobre o mercado livre de energia no Brasil e no mundo. Na sua apresentação, Alexandre enfatizou a transição energética no Brasil e abertura do mercado, mostrando que, embora o Brasil tenha começado a discutir a abertura completa do mercado de energia elétrica em 1995, está atrasado em relação a países como os da Europa. A apresentação completa está na área restrita do site da Abraceel, aba de ["Apresentações exclusivas"](#).



CURTAS - Gás Natural

Abraceel pede atuação do Fórum do Gás em conflito de competências estadual e federal

No dia 22.05 o Fórum do Gás reuniu-se para discutir o andamento das demandas do grupo, assim como seus próximos passos. A reunião contou com apresentação de Fernanda Fiorentini, sócia do BFT Advogados, que identificou os principais pontos na regulamentação atual que possibilitam o conflito das competências estadual e federal no âmbito da comercialização de gás. Durante a apresentação, foi mencionado que atualmente essas competências estão conflitadas, não somente em questões de classificação de gasodutos e afins, mas também na própria atividade de comercialização em si, trazendo ineficiência ao setor. Por isso, seria necessário realizar estudo para identificar instrumentos jurídicos que mitiguem tais conflitos. Bernardo Sicsú, Vice-Presidente de Estratégia e Comunicação da Abraceel e coordenador-adjunto do Fórum, sugeriu que se peça atuação da ANP na preservação das competências federais na comercialização. Assim, chamou a atenção para a necessidade de manter em vigência o que já foi conquistado pelos agentes na Nova Lei do Gás, buscando meios de atuação para evitar retrocessos. Em sequência, o Fórum analisou a agenda regulatória da ANP, as audiências públicas no Senado sobre o programa Combustível do Futuro e a consulta pública do MME sobre o papel do óleo e gás na transição energética. Por fim, o grupo discutiu os pontos de destaque para a apresentação a ser realizada pelo Fórum a stakeholders estratégicos sobre o pacto nacional. O Fórum do Gás realizará nova reunião no dia 17.07. A apresentação está na área restrita do site da Abraceel, aba de [“Apresentações Exclusivas”](#).

Agenda Regulatória ANP	Versão 2021 pós Nova Lei do Gás		Versão dez/23			tempo médio	Atraso (anos)
	Publicação	AIR	CP	Publicação			
Distribuição GNL	out/21	dez/21	jan/23	jan/24	381	2,3	
Distribuição GNC	set/21	jan/23	jun/23	fev/24	198	2,4	
Qualidade do gás natural		out/23	abr/24	jul/24	137		
Acesso de terceiros Infras Essenciais		dez/23	mar/24	set/24	138		
Critérios para definição de gasodutos de transporte		fev/24	mar/24	out/24	122		
Controle da Qualidade de Biometano		mar/24	jun/24	nov/24	123		
Tarifas de Transporte	nov/21	jul/24	set/24	fev/25	108	3,3	
Ampliação da Capacidade de Gasodutos	nov/21	jul/24	out/24	jun/25	168	3,6	
Códigos Comuns de Acesso (Códigos de Rede)	jul/21	fev/25	abr/25	set/25	106	4,2	
Importação e Exportação de Gás Natural		dez/24	jul/25	dez/25	183		
Interconexão e interoperabilidade		jul/25	set/25	abr/26	137		
Independência no Transporte	abr/21	jul/25	set/25	abr/26	137	5,0	
Serviço de Transporte	jul/22	ago/25	nov/25	jul/26	167	4,0	
Gas Release		dez/25	mar/26	out/26	152		
Comercialização e Carregamento	nov/21	out/26	jan/27	jul/27	137	5,7	

Fonte: Elaboração própria, a partir da AR ANP

Abraceel participa de reunião sobre as importações de gás argentino via Bolívia

No dia 22.05, a Abraceel participou de reunião promovida pelo Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), que contou com apresentação sobre importações de gás argentino via Bolívia, realizada por Alvaro Ríos, ex-Ministro de Hidrocarbonetos da Bolívia e, nos últimos 16 anos, sócio-gerente da consultoria



Gas Energy Latin America. Na ocasião, foi ressaltado que a Bolívia enfrenta um declínio acelerado da produção local de gás, o que a tornará inevitavelmente uma importadora desse recurso. Além disso, o país competirá pelo gás proveniente da região de Vaca Muerta, na Argentina, utilizando a infraestrutura já existente, e as empresas privadas bolivianas já estão buscando gás natural para 2028 em diante. O Brasil foi mencionado como o país que precisa de gás firme e competitivo para revitalizar e tornar sua indústria competitiva. Nesse contexto, o Gasbol foi apontado como opção mais econômica e rápida para atender essa demanda. No entanto, para que essa solução seja viável, é necessário estabelecer normas, regulamentações e tarifas estáveis que garantam a prestação do serviço de transporte de gás. Por fim, foi também citado que a Argentina está emergindo como a nova fornecedora regional de gás natural. O país já está substituindo a Bolívia nesse papel, graças aos seus custos competitivos e à infraestrutura desenvolvida.

Platts anuncia nova referência de preços futuros para o Brasil

A empresa Platts, subsidiária da S&P Global Commodity Insights, irá publicar uma curva de preços futuros para o mercado de energia do Brasil a partir do dia 01.07. A decisão veio após a empresa constatar o crescimento do mercado livre brasileiro, e com isso, o interesse em preços futuros. No anúncio, a Platts observou que o mercado livre já compõe 38% da demanda total do setor e que essa participação poderia subir para 60% em 2030, devido ao aprimoramento da regulamentação vigente. A curva será publicada na página Megawatt Daily, disponível [pelo link](#).

CADE desobriga a Petrobras a vender ativos de refino e gás natural

No dia 22.05, a Petrobras anunciou que o CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) aprovou a proposta de renegociação dos Termos de Compromisso de Cessação (TCCs) nos setores de refino e gás, firmados em 2019. Originalmente, o TCC Refino exigia que a Petrobras vendesse oito refinarias: Repar, Rnest, Regap, Refap, Rlam, Reman, Lubnor e Six. Apesar de a Petrobras já ter vendido as refinarias Rlam, Reman e Six, a renegociação encerra a obrigatoriedade de venda das demais refinarias, mas estabelece novos compromissos para assegurar preços justos e facilitar o fornecimento a refinarias independentes. No setor de gás, o TCC Gás previa a venda de ativos como a Nova Transportadora do Sudeste (NTS), a Transportadora Associada de Gás (TAG) e a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG). Com o aditivo ao TCC Gás, a Petrobras não será mais obrigada a vender sua participação na TBG, mas terá que implementar salvaguardas para a eleição de membros independentes no Conselho da TBG e garantir a autonomia da Diretoria Comercial da TBG em relação à Petrobras. O fato relevante sobre o TCC Refino pode ser lido na íntegra nesse [link](#), já sobre o TCC Gás, [aqui](#).

ANP publica NT sobre o acesso regulamentado e negociado de terceiros às infraestruturas de gás natural

Foi publicada a Nota Técnica Conjunta 7/2024 da ANP, que discute o acesso regulado e negociado de terceiros às infraestruturas de gás natural. Elabo-



rada pelas superintendências da ANP (SIM, SDP, SPC, SDC), a nota aborda a necessidade de equilibrar o acesso não discriminatório às infraestruturas essenciais da indústria de gás natural, que requerem elevados investimentos iniciais e possuem características de monopólios naturais. No texto são apresentadas experiências internacionais de países como Estados Unidos, Reino Unido, Noruega, União Europeia e Austrália, exemplificando que nos EUA a regulação varia entre a Federal Energy Regulatory Commission (FERC) para gasodutos de transporte e a Bureau of Safety and Environmental Enforcement (BSEE) para dutos de escoamento, já no Reino Unido, o acesso é regulado para gasodutos e terminais de GNL, e negociado para estocagens subterrâneas. Na Noruega, o sistema Gasled é operado pela Gassco, o que garante acesso neutro e não discriminatório. A União Europeia adota um modelo híbrido, com diretivas que estabelecem limites aos regimes de acesso regulado e negociado. A Austrália utiliza modelos de regulação completa e branda para gasodutos de transporte e distribuição. No Brasil, a evolução da regulação é traçada desde a Lei do Petróleo, passando pela Primeira Lei do Gás até a Nova Lei do Gás (Lei nº 14.134/2021). Por fim, a nota destaca a mudança para o acesso não discriminatório e negociado nas infraestruturas de escoamento, tratamento e processamento de gás natural, e terminais de GNL.

CURTAS - Eventos e Cursos

Grupo BC celebra 10 anos com 9º Encontro dos Agentes no dia 14.08, em Goiânia

A associada BC Energia realizará o 9º Encontro dos Agentes do Setor Elétrico em Goiânia no dia 14.08, às 14h. O evento, que será realizado na Asmego (Rua 72, 192, Jardim Goiás), reunirá agentes públicos e privados para debater temas da agenda do mercado de energia. Este ano, o encontro também marca o aniversário de 10 anos do Grupo BC Energia. Os interessados em participar podem se inscrever [por aqui](#).

GRUPO BC ENERGIA

Gerando valor com a nossa energia.

10º ANIVERSÁRIO

9º ENCONTRO DOS AGENTES DO SETOR ELÉTRICO

NO CENTRO-OESTE

FAÇA SUA **INSCRIÇÃO**

14.08 | 14h
Goiânia/GO

www.encontrodosagentes.grupoenergias.com.br



Na semana, holofotes na Marcha dos Prefeitos. Ministro Silveira cancela ida à Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, que reagendará audiência. Líder do governo, deputado José Guimarães, apresenta projeto de lei com conteúdo semelhante à Medida Provisória 1212.

MP 1212 tem texto reapresentado na forma de projeto de lei, com inclusão de dispositivo para usinas a carvão - o deputado José Guimarães (PT-CE), líder do Governo na Câmara, apresentou o [PL 1.956/2024](#), que incorpora o teor da Medida Provisória 1212 e, como complemento, assegura a participação das usinas a carvão mineral em leilões de reserva de capacidade de potência, desde que apresentem programas de transição energética para gás natural. A apresentação do projeto aumentou os rumores sobre a possível caducidade da medida provisória, que tem prazo de vigência de 60 dias, prorrogáveis por igual período.

A janela de oportunidade para aprovar um projeto de lei ainda no primeiro semestre é curta. Existe a expectativa da realização de uma semana de esforço concentrado após o recesso parlamentar. No entanto, o foco principal da Câmara dos Deputados para este primeiro semestre é a votação dos projetos de lei que regulamentam a reforma tributária. Esse contexto limita o espaço para a tramitação e aprovação de outras propostas legislativas até o fim do semestre.

Audiência com o Ministro Silveira na CME será remarcada - o Ministro Alexandre Silveira vai reagendar sua ida à Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. A vinda do ministro estava agendada para o dia 22.05 para falar sobre prioridades da pasta para 2024. Após debate entre os presentes, ficou acordado que o presidente da comissão, deputado Júnior Ferrari (PSD-PA), agendará nova data para que o ministro compareça. Desta vez, a presença do ministro deverá ser sob convocação.

Lira divulga os integrantes dos grupos de trabalho que analisarão a reforma tributária - o presidente da Câmara, Arthur Lira, definiu os [integrantes](#) dos dois grupos de trabalho que discutirão a reforma tributária, os quais terão prazo de 60 dias para concluir os trabalhos. Um grupo analisará e debaterá o PLP 68/24, enquanto o outro se concentrará no PLP relativo ao Comitê Gestor e à distribuição da receita do IBS. A instalação ocorreu na última quarta-feira, 22.05, e na próxima semana, dia 28.05, será realizada audiência com Bernard Appy para debater o texto do governo.

Os integrantes do primeiro grupo são os deputados Claudio Cajado (PP-BA), Reginaldo Lopes (PT-MG), Hildo Rocha (MDB-BA), Joaquim Passarinho (PL-



-PA), Augusto Coutinho (Republicanos-PE), Moses Rodrigues (União-CE) e Luiz Gastão (PSD-CE).

Para o segundo grupo, foram designados os deputados Vitor Lippi (PSDB-SP), Pedro Campos (PSB-PE), Mauro Benevides (PDT-CE), Luiz Carlos Hauly (Podemos-PR), Ivan Valente (PSOL-SP), Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ) e Bruno Farias (Avante-MG).

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) é designado relator do projeto de renda básica energética- aprovado em maio de 2024 no Plenário da Câmara dos Deputados, o PL 624/2023, que institui o Programa Renda Básica Energética, teve seu relator designado na sua primeira comissão no Senado. Caberá ao senador Sérgio Petecão (PSD-AC) a relatoria no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais. A matéria também promove alterações na Lei 14.300 (marco legal da GD), apontando que as concessionárias devem atender solicitações de acesso a MMGD sem restrições, a menos que comprovadamente justificadas. Também permite o enquadramento como MMGD das geradoras de energia, simplificando o processo, desde que atendam a alguns requisitos, como ter sido objeto de registro, de concessão, de permissão ou de autorização no ACL ou ACR.



PRÓXIMA SEMANA

27.05 - Segunda-feira: Abraceel se reúne com o escritório Bichara Advogados para discutir aspectos da regulamentação da reforma tributária, às 11h;

Abraceel se reúne com a BIP Group para avaliação da evolução do estudo sobre open energy, às 14h;

Abraceel se reúne com a CCEE para discutir proposta de redução do prazo de liquidação, às 16h;

Abraceel se reúne com Goldman Sachs para discutir as perspectivas para o mercado elétrico, às 16h.

28.05 - Terça-feira: Abraceel participa de reunião do Conselho de Infraestrutura (Coinfra) da CNI para discutir pilares para novo modelo do setor elétrico, às 14h30.

29.05 - Quarta-feira: Abraceel participa do Comitê de Comunicação da Aice, às 13h.